



o meu direito de defesa, o que não é verdade. Só através da consulta de documentação (dos últimos 20 anos) e da apresentação de testemunhas é que eu poderia contribuir da melhor forma para o esclarecimento destas alegações. O que eu pretendia era corroborar a minha versão com uma vasta prova documental e testemunhal. No entanto, para minha surpresa e para surpresa dos meus advogados, os advogados do CES quiseram que eu respondesse na reunião a perguntas que me seriam colocadas oralmente e sem a possibilidade de me apoiar em provas documentais, o que, a meu ver, significa que não há grande interesse em que eu apresente uma defesa sólida. Como podem imaginar, após tantos meses de difamação não provada, ninguém está mais interessado do que eu em estabelecer a verdade. Para o fazer, preciso evidentemente de conhecer o conteúdo concreto das acusações, o que é absolutamente impossível numa comunicação oral em que, para cúmulo, me foram exigidas respostas imediatas. Desta reunião foi lavrada uma ata, assinada por todos os presentes, que incluía uma declaração dos meus advogados:

"O Professor Boaventura de Sousa Santos foi convidado a pronunciar-se sobre as acusações que lhe são feitas por pessoas cuja identidade desconhece e de cujo conteúdo tem muito menos conhecimento, tendo-lhe sido pedido que identificasse as pessoas que lhe imputaram qualquer tipo de delito e que descrevesse os actos ilícitos que lhe são atribuídos".

Neste sentido, o Professor Boaventura de Sousa Santos está disposto a colaborar com a investigação logo que lhe sejam fornecidos estes elementos: a identidade dos queixosos e os factos que lhe são imputados.

A dimensão e a sensibilidade das acusações conhecidas publicamente são particularmente graves, exigindo que o Professor Boaventura de Sousa Santos não só responda eficazmente, mas também que seja honesto, se defenda, como é seu direito, e informe o público sobre as alegações.

investigadores de toda a verdade sobre o que possa ter acontecido e em relação a todas as alegações feitas contra ele e todos os queixosos com quem se cruza.

Solicita-se agora formalmente a Vossa Excelência que forneça por escrito a identidade e os factos de que cada um deles é acusado.

Sem esta identificação, o Professor Boaventura de Sousa Santos fica impedido de se defender efetivamente e de colaborar com a investigação".

Posteriormente, os advogados do CES informaram-me que se tinham recusado a informar-me por escrito da natureza das acusações, como os meus advogados tinham solicitado, privando-me assim da possibilidade de me defender eficazmente.

Considero estranha a insensibilidade dos advogados do CES para o facto de este não ser um processo normal de investigação. Seria normal se tivesse sido aberto logo no capítulo que tanto prejuízo causou à nossa comunidade científica, até agora invejada pela sua qualidade científica e humana, e que, se tinha problemas, dispunha de mecanismos para os resolver de forma serena, reservada e preservando os direitos e o bom nome de todos os envolvidos. Não, este processo está a decorrer dezassete meses depois de eu ter sido difamado sem provas, sempre na comunicação social e nas redes sociais, sujeito a várias ilegalidades, tendo a minha reputação e a minha saúde sido profundamente prejudicadas. Além disso, devem saber que, no dia 4 de dezembro, eu já tinha prestado depoimento oral durante três horas perante a Comissão Independente, sem que me tivessem sido feitas quaisquer acusações específicas contra mim.

Por estas razões, era pelo menos de esperar que os meus advogados e eu exigíssemos finalmente conhecer, por escrito, o conteúdo da

acusações e a identidade dos acusadores, para que eu pudesse preparar adequadamente a minha defesa e refutar as acusações, uma vez que mantenho relações científicas e pessoais com alguns dos acusadores há muitos anos e trocámos muita correspondência. Os advogados do CES não foram sensíveis a nada disto.

Uma vez que estes advogados foram contratados pela atual direção do CES, devo responsabilizá-los pelo que está a acontecer. Lamento informar que, após mais de um ano de guerra mediática contra mim, a atual direção da instituição que criei há 45 anos está determinada a impedir-me de me defender eficazmente, como exige uma sociedade democrática regida pelo Estado de direito e pela presunção de inocência.

Boaventura de Sousa Santos